

REQUERIMENTO N°, DE 2025

(Do Senhor Filipe Barros)

Requer, nos termos regimentais, a aprovação de Moção de Repúdio pela inelegibilidade da candidata à presidência da França, Marine Le Pen, do Partido Reunião Nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a aprovação de realização de Moção de Repúdio pela inelegibilidade da candidata à presidência da França, Marine Le Pen, do Partido Reunião Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Na segunda-feira, 31 de março, a Justiça francesa decidiu pela inelegibilidade da candidata do Partido Reunião Nacional, Marine Le Pen, líder em todas as pesquisas para as eleições presidenciais de 2027, na França. A decisão, política, busca eliminar a candidata de direita, a exemplo que do que ocorre no Brasil. A inabilitação de Marine Le Pen, não por coincidência, chega logo após a vitória contundente da direita nas eleições legislativas de julho passado.

Num caso explícito de lawfare, a Justiça francesa ingere indevidamente na política com o propósito de influenciar não apenas no resultado das próximas eleições,





mas também no sistema democrático em sua essência, pois avoca para si, o direito de determinar quem pode e quem não pode disputar as eleições, mesmo que não haja óbice legal para tal, focando apenas na questão ideológica.

No dia 1º, o Tribunal de Apelações, de Paris, informou que julgará todos os recursos impetrados pela defesa de Le Pen, até o verão de 2026, o que, em tese, permitirá que Marine Le Pen recupere seus direitos políticos e possa disputar as eleições do ano seguinte, conforme preceitua a legislação eleitoral francesa.

A inelegibilidade de Marine Le Pen, nos lembra outros casos emblemáticos em que candidatos de direita são banidos das disputas de forma abusiva e ilegal. Na Romênia, Calin Georgescu, foi impedido de concorrer à eleição presidencial da Romênia marcada para maio. Em novembro, ele havia ganho o 1º turno das eleições, que acabaram anuladas.

Na América Latina, a principal líder de oposição à ditadura chavista na Venezuela, María Corina Machado, também perdeu seus direitos políticos por simplesmente ameaçar a hegemonia do regime comunista. Na Nicarágua, o exguerrilheiro marxista Daniel Ortega, baniu uma dezena de candidatos e acabou reeleito num pleito marcado por fraudes. Esses são apenas alguns exemplos de como a perseguição contra a direta ganha corpo em todo o mundo. Por essa razão, consideramos altamente relevante, aprovarmos a presente Moção de Repúdio à inabilitação de Marine Le Pen, na França.

Sala da Comissão, em de abril de 2025.

Deputado **Filipe Barros** PL/PR



